



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13552 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

TRANSEXUALIZANDO A EDUCAÇÃO: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ACESSO DE ESTUDANTES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR

Amélia Tereza Santa Rosa Maraux - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

TRANSEXUALIZANDO A EDUCAÇÃO: AÇÕES AFIRMATIVAS PARA O ACESSO DE ESTUDANTES TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR

Resumo. Esse resumo expandido é um excerto da tese desenvolvida sobre as ações afirmativas para estudantes travestis e transexuais no ensino superior implementada a partir de 2018 por uma universidade estadual pública do Nordeste brasileiro. O estudo realizou uma reflexão situada dos atravessamentos das ações afirmativas nas trajetórias formativas de estudantes travestis, mulheres e homens transexuais sob as lentes dos estudos feministas. Tomo como ponto de partida o pensamento transfeminista e feminista negro, os quais estabelecem conexões teóricas e paradigmáticas entre feminismo, estudos de gênero e movimento transgênero. Diferentes dispositivos metodológicos foram produzidos para entender e descrever o universo da pesquisa, dentre eles, pesquisa bibliográfica e documental, a revisão sistemática bibliográfica e entrevistas com estudantes trans, ingressantes nos processos seletivos de 2019. Concluo esse estudo afirmando que as ações afirmativas para sua implementação enquanto uma política reparatória representa uma luta por justiça social e epistêmica devendo para tanto garantir a promoção de uma educação para a diversidade e a criação de uma rede de proteção e enfrentamento a transfobia institucional que viabilize a sua permanência acadêmica.

Palavras-chave: Ações afirmativas; ensino superior; estudantes travestis e transexuais.

Introdução

A pesquisa desenvolvida sobre o acesso de estudantes travestis, mulheres e homens transexuais no ensino superior ocorre em um momento de conquistas importantes para os movimentos de travestis e transexuais e para todas/os as/os estudantes trans que tiveram, e ainda têm, as suas trajetórias escolares sujeitas a interrupções em razão da transfobia institucional. Em 2018, o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) realizou um importante trabalho de mapeamento das universidades públicas que ampliaram os seus

sistemas de cotas, incluindo estudantes trans, sendo ao todo quinze universidades a promover a ação afirmativa para esse segmento social. Reconhece o IBTE que as ações afirmativas para pessoas trans no campo da educação trarão efeitos políticos importantes para toda a sociedade brasileira, além de apontar para necessidade de reconhecimento da humanidade e da cidadania das pessoas trans, sistematicamente negada pelos processos de exclusão e violência.

A realidade de exclusão e violência aponta para um cenário extremamente desafiador no que se refere à garantia de justiça social para pessoas travestis e transexuais e isso implica analisar os impactos que as ações afirmativas podem ter na vida das pessoas trans, mas também como a sua inclusão no ensino superior favorece o redimensionamento da cultura acadêmica favorecendo a produção de novas epistemologias. Diante desse cenário, o desafio dessa pesquisa foi produzir conhecimentos que possibilitem o reconhecimento desses Outros Sujeitos no espaço universitário e que subsidiem a elaboração de políticas educacionais que garantam a ampliação do acesso ao ensino superior e a permanência. Assim, o presente estudo teve como objetivo conhecer os atravessamentos das ações afirmativas nas trajetórias formativas de estudantes travestis, mulheres e homens transexuais em uma universidade pública estadual do nordeste, ingressantes nos cursos de graduação no período de 2019.1.

Assim, o acesso ao ensino superior por estudantes travestis e transexuais a partir da ampliação do sistema de cotas passa a configurar o objeto da pesquisa. No processo da investigação, a questão central a ser respondida foi como as cotas para estudantes trans repercutem como possibilidade para o acesso ao ensino superior? Em busca de resposta, apreendo diferentes dispositivos metodológicos, focando aqui na pesquisa documental.

Consideração sobre Ações Afirmativas

O conceito de ações afirmativas é aqui apreendido a luz da definição das autoras Petronilha Silva (2009) e Jaqueline Gomes de Jesus (2016) que as concebem como políticas de equidade e justiça social, nos campos da educação, da saúde, da empregabilidade, entre outros direitos sociais. Mais ainda, reconhecem que as políticas de ações afirmativas resultam de lutas históricas empreendidas pelos movimentos negros e demais movimentos sociais que desde a Constituição de 1988 tencionam o Estado brasileiro pela universalização e acesso a políticas públicas em todos os níveis.

O direito à educação e a luta por uma vida sem violência, são bandeiras importantes dos movimentos sociais trans que reconhecem as políticas de ações afirmativas como uma pauta fundamental na busca por justiça social e epistêmica. Esse reconhecimento das ações afirmativas como uma política reparatória tem sido objeto de reflexão das/os pesquisadoras/es trans que têm se debruçado no levantamento e publicação de dados referentes as ações para a garantia do acesso das/os estudantes trans ao ensino superior. Em artigo publicado na Revista AzMina, Jaqueline Gomes de Jesus (2016) aponta a inclusão de pessoas trans no debate sobre ações afirmativas, mais precisamente sobre a sua inclusão no sistema de cotas como resultado

do aumento da visibilidade da população trans e do reconhecimento da sua condição de marginalização na sociedade “que as enquadra, sem exageros sociológicos, na categoria das “castas”, junto à população em situação de rua.” (JESUS, 2016)

Os estudos que analisam a implementação das ações afirmativas no Brasil a partir de 2003 refletem em grande medida a legalidade e ou legitimidade da política de reparação em seu aspecto racial e social, sem, contudo, ampliar a análise envolvendo outros segmentos sociais, como as/os estudantes travestis e transexuais. No que se refere à educação, a discussão central na luta por cidadania da população trans e LGBTQIA+ de uma maneira em geral, diz respeito ao direito de acessar os sistemas de ensino e a garantia da permanência para conclusão de seus percursos formativos. Nesse sentido, estudos têm demonstrado a incapacidade das instituições de ensino em lidar com as diferenças, mas particularmente aquelas cujo gênero, sexualidade e cor da pele fogem à regra do esquema hegemônico masculino-branco-heterossexual-cisgênero (AUAD, 2006, LOURO, 2003 MISKOLCI, 2012, VERGUEIRO, 2018).

A leitura desses contextos leva em conta que tanto a política como os sujeitos, são atravessadas pelos marcadores sociais de gênero, raça, sexualidade, classe, entre outros. São também atravessados pela conjuntura política, pela organização social e por uma multiplicidade de significados próprios de um universo cultural a ser estudado. Esses aspectos sociais conformam e significam suas existências, sendo mediados pela transversalidade, interseccionalidade, descontinuidade, diferenças e rupturas. A noção de interseccionalidade, cunhada pelo feminismo negro, foi a ferramenta analítica utilizada para a compreensão das múltiplas identidades e identificações dos sujeitos, bem como das opressões que recaem sobre os corpos não conformados aos modelos hegemônicos de raça, classe e gênero que operam a exclusão do acesso de pessoas trans ao ensino superior (COLLINS, BILGE, 2021, CRENSHAW, 1991).

Assim, reconheço que as ações afirmativas para estudantes trans fazem parte de um longo percurso de luta e resistência contra a violência transfóbica que exclui, invisibiliza e mata pessoas que rompem o binarismo de gênero e, por conseguinte, a cisheteronormatividade. Os dados apresentados sobre as inscrições no vestibular de 2019 da Universidade do Estado da Bahia-Uneb, bem como o número de matrículas de estudantes trans nos dão a dimensão do enorme desafio imposto pela transfobia institucional que compromete a vida dessas pessoas da escolarização no ensino básico até sua chegada e permanência na universidade.

Dados e discussão

A sub-representação histórica de estudantes e travestis e transexuais, decorrente das desigualdades socioeducacionais e da estrutura excludente universitária terminou por favorecer um ambiente acadêmico hegemonicamente branco, masculino, heteronormativo e cisgênero. As políticas de inclusão implementadas nos últimos anos favoreceram a reconfiguração desse cenário, trazendo para o interior das universidades sujeitos sociais

participes das ações afirmativas, responsáveis pela mudança na fotografia institucional e nas práticas acadêmicas.

O vestibular de 2019 foi tomado pela expectativa resultante da ampliação do sistema de cotas. A repercussão da aprovação da Resolução 1339/2018 pelo conselho universitário se espalhou através das mídias, que noticiaram fartamente a boa nova, como também setores dos movimentos sociais. No processo seletivo de 2019 no que se refere à modalidade de sobrevagas foram realizadas 631 inscrições, refletindo de certa forma a importância que a ampliação das ações afirmativas pela Uneb obteve. As inscrições com reserva de vagas para estudantes negros e negras teve 6 mil candidatos/as, enquanto a ampla concorrência concentrou o maior número de inscritos, chegando a 30 mil candidatos.

Os dados relativos às inscrições no vestibular de 2019 por cada categoria das sobrevagas sinalizam para o nível de exclusão de segmentos sociais em desvantagem nos processos de escolarização, como é o caso das/os candidatas/os trans e ciganos. Das 631 inscrições, 8 candidatos/as foram de ciganos e 19 candidatas/os trans. Dessas 19 candidatas/os trans inscritos, 17 se autodeclararam pretos e pardos, 1 branco e 1 amarelo. Os maiores percentuais de inscrições foram de candidatas/os quilombolas, 289 e candidatas/os indígenas com 237 inscrições; já as/os candidatos com deficiência, 88 inscrições foram realizadas. Embora tivesse havido uma mobilização dos grupos incluídos na ampliação do sistema de cotas para a inscrição no vestibular, a realidade posterior à realização das provas e da matrícula, precisa ser melhor observada sob o ponto de vista das barreiras que ainda se interpõem a esses sujeitos.

Após o processo seletivo vestibular de 2019, a universidade fez a convocatória de 1.635 cotistas para a matrícula no primeiro e segundo semestre daquele ano. Por ordem de aprovação, 1.466 estudantes negros/as foram convocados/as, 79 estudantes quilombolas, 39 estudantes indígenas, 34 estudantes com deficiência, autistas e altas habilidades, 11 estudantes travestis e transexuais e 6 estudantes ciganos/as. Compareceram para efetivação da matrícula na primeira chamada, 971 candidatos/as aprovados/as no referido vestibular. Desses, 727 matrículas foram efetivadas e 244 não efetivadas. Esse quantitativo de matrícula efetivado representa o total de candidatos/as que apresentaram a documentação comprobatória exigida para o ingresso na universidade através do sistema de cotas. Com base na Portaria 343/2019 que instituiu as Comissões Central e Departamental de Validação da autodeclaração e demais documentos comprobatórios de acesso ao Sistema de Cotas, os/as candidatos/as aprovadas/os autodeclaradas/os transexuais, travesti e transgênero deveriam apresentar no ato da matrícula em seu Departamento de origem, documento comprobatório de vinculação emitido por organizações LGBTQIA+ e/ou de Transexuais, Transgênero e Travestis, devidamente reconhecidas. Além dessa declaração que tenham cursado todo o 2º Ciclo do ensino Fundamental e o Ensino Médio em escola pública e possuam renda bruta familiar mensal inferior ou igual a 04 salários-mínimos.

Os dados de distribuição de estudantes trans entre os campi da universidade, apresenta

a soma daquelas/es que ingressaram pelo processo seletivo vestibular em 2019 mais o quantitativo de estudantes ingressantes através do Sistema de Seleção Unificada (SISU)^[1], durante o primeiro e segundo semestre de 2019. De acordo com os dados, os campi de Salvador (Campus I) e de Juazeiro (Campus III), concentram o maior contingente de estudantes trans, respectivamente 13 e 3, além do Campus VII de Paulo Afonso com 2 estudantes. Se por um lado os números de acesso ao ensino superior por estudantes trans revelam o quanto desigual e excludente é a nossa sociedade, por outro demonstram a assertividade das políticas de ações afirmativas na medida em que oportunizam a esses estudantes vivenciar um processo de mobilidade social na perspectiva de romper o ciclo de reprodução das desigualdades a partir da inserção educacional. Vale trazer para análise a consideração de Jessé Souza (2019) sobre a sociedade brasileira e quanto ela está alicerçada sob as estruturas de poder herdadas do passado escravista o qual termina por definir as hierarquias de poder reguladora dos privilégios gozados pelas elites compostas por homens brancos, detentores do capital econômico, heterossexuais e cisgêneros.

Conclusão

Concluo esse estudo afirmando que é preciso reconhecer que as políticas de ações afirmativas são direito social, conquista das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais negros e trans e que a sua implementação enquanto uma política reparatória representa uma luta por justiça social e epistêmica devendo para tanto garantir a promoção de uma educação para a diversidade e a criação de uma rede de proteção e enfrentamento a transfobia institucional que viabilize a sua permanência acadêmica.

Referências

- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.
- COLLINS, Patricia H, BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Pessoas Trans também precisam de cotas**. 2016. Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/pessoas-trans-tambem-precisam-de-cotas/>. Acessado em: 19/11/2022.
- LOURO, Guacira L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP, 2012.
- SILVA, Petronilha B. G. e. As ações Afirmativas para além das cotas. In: SILVÉRIO, Valter R., MOECHLECKE, Sabrina (Orgs). **Ações Afirmativas nas políticas educacionais**: o

contexto de Pós- Durban. São Carlos: EdUFSCar, p. 263-274. 2009.

VERGUEIRO, Viviane. **Sou travestis**: estudando a cisgeneridade como uma possibilidade decolonial. 1ª. Ed. – Brasília: padê editorial, 2018.

[1] O Sisu é um programa criado em 2010 pelo governo federal que seleciona estudantes para instituições federais e estaduais de ensino superior. O período de seleção ocorre no primeiro e segundo semestre, a cada ano, tendo como requisito básico ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). É a partir da nota do Enem que o candidato poderá pleitear uma vaga em uma universidade.